

ENUNCIÇÃO: entraves para os estudos discursivos¹

Luis Rodolfo CABRAL²

Resumo: Neste artigo, apresentamos uma discussão teórica sobre a categoria enunciação nas perspectivas linguística e discursiva. Na primeira parte, apresenta-se enunciação a partir dos estudos de Benveniste, sobretudo em relação ao aparelho formal da enunciação. Na segunda parte, estabelece-se um contraponto com a perspectiva discursiva de enunciação como acontecimento.

Palavras-chave: Enunciação. Aparelho formal. Discurso. Acontecimento.

1 ENUNCIÇÃO NA LINGUÍSTICA: Benveniste em foco

Benveniste talvez seja o primeiro linguísta a sistematizar um modelo de análise da língua voltado para a enunciação³ (PAVEAU & SARFATI, 2003; FLORES & TEIXEIRA, 2005; SARFATI, 2007). Apesar de filiarem-se à chamada “linguística da enunciação”, seus escritos estão sob a influência do estruturalismo – sobretudo da obra de Saussure, a quem faz constantes referências – cujo objetivo geral era o de investigar as regularidades do sistema, abstraindo referências a elementos a ele externos.

Em um pensamento estruturalista, grosso modo, compreende-se a língua como um sistema formado por elementos interrelacionados, que funcionam a partir de um conjunto de regras estabelecidas pelo próprio sistema. O princípio de estrutura foi firmado por um grupo de linguistas da década de 1930, que, motivados pelos trabalhos

¹ Este trabalho retoma e atualiza, com novos elementos, a discussão teórica iniciada em Cabral (2012).

² Mestre em Letras (UFPI). Professor do Instituto Federal do Maranhão e da Faculdade Santa Fé. Contato: rodolfo.cabral@ifma.edu.br

³ Focamos a discussão a partir do aparelho formal da enunciação (BENVENISTE, 1970), já que é a partir dessa contribuição que se considera a obra de Benveniste como influente para o que se produz nas chamadas linguísticas enunciativas; obviamente, outros autores também se dedicaram ao estudo da enunciação. Flores & Teixeira (2005) fornecem um roteiro de leitura das teorias da enunciação que têm ampla circulação no Brasil.



de Saussure, se propunham reagir contra a concepção exclusivamente histórica de estudos da língua.

Apesar de ser o mestre genebrino o precursor do estruturalismo (DOSSE, 1991), no *Curso de Linguística Geral* (compilação de escritos de Saussure) não é empregado sequer uma vez o termo *estrutura*; para Saussure, a noção central é a de *sistema*. Ele (Saussure) “encerra a sua linguística num estudo restritivo do código, separada de suas condições de aparecimento e de sua significação. Saussure fez, portanto, a escolha do signo contra o sentido” (DOSSE, 1991, p.70).

Como consequência do pensamento estruturalista, a enunciação não aparecia nos estudos linguísticos epistemologicamente a ele filiados em função da exigência do componente contextual para que os fenômenos enunciativos fossem devidamente explicados. “Acreditava-se que abordá-la seria dar lugar a fenômenos extralinguísticos, exteriores ao sistema, logo, sem pertinência para uma visão estrutural da língua” (FLORES & TEIXEIRA, 2005, p. 30).

Este seria, conforme Paveau & Sarfati (2003), um dos pontos de fragilidades da linguística da língua que permitiram o surgimento das chamadas linguísticas da enunciação. Em primeiro lugar, consideram que a linguística voltada somente para o estudo do código estaria deslocada da realidade empírica e, por isso, não contemplaria a maneira pela qual o código se manifesta quando em uso. Também, problematizam o que chamam de “postulado da imanência” (BORGES NETO, 2004; FLORES & TEIXEIRA, 2005) - o estudo da língua nela e por ela mesma – o que faz desconsiderar o que é da ordem dos contextos de produção, e impõe limites quanto à influência de outras disciplinas.

Nesse contexto de filiação e de ruptura, enquadra-se a obra de Benveniste: se, por um lado, o autor francês mantém aspectos basilares da teoria estruturalista (as noções de estrutura e de signo⁴, por exemplo); por outro, desenvolve a proposta de incluir a enunciação no campo de estudo da Linguística.

Em linhas gerais, Benveniste (1970) compreende a enunciação como o colocar em funcionamento a língua por um ato individual de utilização⁵, manifestado por meio dos índices de pessoa, dos dêiticos, e das formas temporais. “A enunciação

⁴ No texto *Estrutura das relações de pessoa no verbo*, por exemplo, Benveniste deixa clara a influência estruturalista: “é preciso procurar saber como cada pessoa se opõe ao conjunto das outras e sobre que princípio se funda sua oposição, uma vez que **não podemos atingi-las senão pelo que as diferencia**” (BENVENISTE, 1946p. 248, grifo nosso).

⁵ “A enunciação supõe a conversão individual da língua em discurso” (BENVENISTE, 1970, p. 83).

supõe a conversão individual da língua em discurso” (BENVENISTE, 1970, p. 83). Opõe-se, desta maneira, enunciar (ato) a enunciado (produto).

Para ele, a subjetividade se marca no discurso através de categorias específicas. Em *Estruturas das relações de pessoa no verbo*, Benveniste (1946) busca entender como a categoria pessoa, imprescindível ao verbo, se marca pela oposição, e como essa oposição se funda. Ao comparar diferentes línguas, percebe regularidades no uso das formas pronominais, e as organiza segundo duas correlações constantes: a) correlação de personalidade – oposição das pessoas *eu/tu* a não pessoa *ele*; b) correlação de subjetividade – interior ao enunciado (*eu*) e pessoa não subjetiva (*tu*) em oposição a não pessoa *ele*.

A partir daí, sustenta a noção de que a categoria de pessoa marca, no enunciado, a subjetividade: o *eu* refere-se ao indivíduo que produz a enunciação, em oposição ao *tu*, que representa aquele a quem se dirige – e estes dois (pessoa subjetiva e pessoa não subjetiva) em oposição a não pessoa *ele*, pessoa ausente, aquela que não participa do processo de comunicação. A terceira pessoa é ausência (BENVENISTE, 1946) diz o autor em referência às definições de pessoa utilizadas pelos gramáticos árabes: a primeira é “aquele que fala”; a segunda é “aquele a quem nos dirigimos”; e a terceira é “aquele que está ausente”.

Nesse sentido, podemos afirmar que, para Benveniste, a enunciação instaura a intersubjetividade, pois é uma atitude do sujeito em relação a outro sujeito, em um processo no qual há “a *acentuação da relação discursiva com o parceiro*” (BENVENISTE, 1970, p.87, grifos do autor), seja ele imaginado ou real, como explica na seguinte passagem:

O locutor se apropria do aparelho formal da língua e enuncia sua posição de locutor por meio de índices específicos, de um lado, e por meio de procedimentos acessórios, de outro. Desde que ele se declara locutor, e assume a língua, ele implanta o *outro* diante de si, qualquer que seja o grau de presença que ele atribua ao este outro. Toda enunciação é, explícita ou implicitamente, uma alocação, ela postula um alocutário (BENVENISTE, 1970, p.84, grifo do autor).

Em releitura da obra de Benveniste, Flores & Teixeira afirmam que, por este prisma, a enunciação tem como parâmetro um locutor e um alocutário, sendo ambos resultado de um ato de apropriação da língua pelo locutor, a partir do aparelho formal.

“É a alocação que instaura o outro no emprego da língua” (FLORES & TEIXEIRA, 2005, p.35). Entendem, então, que o enunciador dispõe de um “aparelho de funções” (BENVENISTE, 1970, p.86) para se servir da língua e influenciar, de algum modo, o comportamento do alocutário, suscitando dele uma atitude responsiva pelos processos linguísticos de interrogação, de intimação, de asserção, por exemplo. Os dois parceiros da comunicação participam de um processo ativo, estruturado como um diálogo, mesmo no caso de monólogo (ou “diálogo interiorizado”) em que um *eu* locutor e um *eu* ouvinte se fundem, e “a enunciação coloca duas figuras igualmente necessárias, uma origem, a outra, fim da enunciação” (BENVENISTE, 1970, p.87).

Ademais, em Benveniste, a subjetividade não se restringe somente à categoria de pessoa; é marcada também por dois outros paradigmas: as formas temporais e os dêiticos. Ao compreender *eu* e *tu* como categorias indissociáveis, que se renovam a cada ato de enunciar, o autor também considera que espaço e tempo se renovam a cada enunciação; segundo ele, há somente um tempo *presente* (um agora) e um dado *espaço* (um aqui), marcados na enunciação, cuja singularidade organiza o dizer do enunciador⁶. Como “o homem não dispõe de nenhum outro meio de viver o agora, e de torná-lo atual senão realizando-o pela inserção do discurso no mundo” (BENVENISTE, 1970, p. 84), o sujeito, que dispõe de espaço e tempo, os organiza pelo dizer: *aqui e agora*, linguisticamente marcados pela enunciação, criam os parâmetros para as expressões espaciais e temporais, cuja referência se estabelece pela via da intersubjetividade, por estar vinculada a um *eu* e um *tu*.

Para Benveniste,

O que o tempo linguístico tem de singular é o fato de estar organicamente ligado ao exercício da fala, o fato de se definir e de se organizar como função do discurso [...]. Cada vez que um locutor emprega a forma gramatical do “presente” (ou uma forma equivalente), ele situa o acontecimento como contemporâneo da instância do discurso que o menciona (BENVENISTE, 1965, p.74).

Assim, nesta perspectiva de estudo, o presente é o momento em que o locutor enuncia, e diz *eu*, tempo a partir do qual se organizam um passado (antes da enunciação) e um futuro (depois da enunciação). Tempo, então, constitui-se a partir de um *eu* que enuncia; e o presente corresponde ao momento da enunciação propriamente

⁶ Flores et al (2008) conduzem estudo detalhado sobre a elaboração do quadro enunciativo proposto por Benveniste (*eu – tu – aqui – agora*). Para os fins deste trabalho, não nos ateremos a tal detalhamento.

dita: a cada produção de discurso, o presente se renova, tornando-se, portanto, um presente contínuo.

2 DE APROPRIAÇÃO A ACONTECIMENTO

Como vimos no item anterior, os trabalhos de Benveniste permitiram colocar os rudimentos de uma tipologia para a abordagem enunciativa. Nesse sentido, a elaboração de um quadro teórico consistente sobre as marcas enunciativas rendeu trabalhos proveitosos para além da própria linguística da enunciação, como, por exemplo, o realizado por Pinto (1994).

Todavia, enunciação, como pensada por Benveniste, ao ser levada para o campo da AD, sofre por inadequações, uma vez que “as perspectivas abertas pelo conceito de enunciação não podem [...] deixar que se esqueçam da insuficiência de sua elaboração teórica e das dificuldades que ele apresenta” (MALDIDIER, NORMAND & ROBIN, 1994, p. 68).

Outros autores também lançam críticas ao deslocamento teórico dos trabalhos de Benveniste para a Análise do Discurso. Para Maingueneau, por exemplo, “a enunciação não deve ser concebida como a apropriação, por um indivíduo, do sistema da língua: o sujeito só acede à enunciação através das limitações múltiplas dos gêneros do discurso” (MAINGUENEAU, 1996, p. 53).

Os gêneros do discurso, em uma perspectiva dialógica de estudo, estão relacionados a um domínio da atividade humana, refletindo condições específicas e finalidades, e se diferenciam entre si de acordo com conteúdo temático, estilo e organização composicional. Há diversas abordagens para o estudo de gênero⁷, mas a noção de Bakhtin (2003), ainda que bem abrangente, já se faz suficiente para criar entraves à noção de enunciação como ato individual, pois o gênero discursivo apresenta-se, de certa forma, como “imposição” ao sujeito antes mesmo de ele enunciar. “A vontade discursiva do falante se realiza antes de tudo *na escolha de um certo gênero do discurso*” (BAKHTIN, 2003, p. 282, grifo do autor). Trataremos das questões relativas aos gêneros do discurso mais adiante, no capítulo seguinte.

⁷ A coletânea organizada por MEUER, J. L.; BONINI, A.; MOTTA-ROTH, D. (2005) oferece um panorama atual dos estudos de gênero.

Possenti (1988), afastando-se do propósito de Benveniste em entender as relações entre diferentes formas para explicar o fenômeno enunciativo, busca compreender por quais procedimentos se concretiza essa atividade discursiva. O autor considera que a teoria benvenistiana, por tratar das formas linguísticas como virtualidades, oferece uma visão estática de algumas categorias da língua (em detrimento de outras), agenciada pelo falante ao enunciar. Possenti (1998) discorda que a subjetividade se manifeste apenas por meio dos índices de pessoa, de tempo, e de espaço, pois, para ele, limitar a ação do sujeito sobre a língua em apenas três categorias do sistema linguístico seria tratar a questão da enunciação de maneira simplificada.

Seguindo essa mesma linha de pensamento, Brandão (1998) exemplifica com casos em que são utilizadas formas indeterminadas ou impessoais, comuns no discurso científico; ou nos casos do discurso do esquizofrênico, em que o falante refere-se a si mesmo utilizando *ele*. São exemplos de enunciação em que, ao postar-se em uma perspectiva diferente – seja pela impessoalidade para o efeito de objetividade ou para o apagamento da responsabilidade pela enunciação; seja pela incapacidade patológica de assumir um *eu* – mascara-se o sujeito, e sua posição é marcada de outro lugar, que não o da instância do *eu*.

Diz a autora:

O mascaramento é também uma forma outra de constituição da subjetividade. Só que nela o sujeito perde seu eixo então centralizado num *eu* todo-poderoso, monolítico, descentrando-se e dispersando-se ou para outras formas do paradigma de pessoa ou para outros papéis que assume no discurso (BRANDÃO, 1998, p. 48).

É que, conforme Fuchs (1985), mesmo que mascarado, o sujeito não se apaga; está presente em tudo. Nesse sentido, tratar o sistema como aparelho do qual o sujeito se apropria é “separar a língua de seu funcionamento, e o sujeito da língua” (FUCHS, 1985, p. 120), o que resulta em dicotomias problemáticas, como por exemplo, a concepção de enunciado e de enunciação, em que reside a “necessidade de referir-se a produção para dar conta do produto, na medida em que o produto contém traços de sua produção” (FUCHS, 1985, p. 121).

Sobre essas dicotomias, Zandwais (2011) chama a atenção: é preciso colocar em evidência que, Benveniste, ao propor a primeira e a terceira pessoa, está sinalizando não somente uma relação opositiva entre língua e discurso; e objetividade e

subjetividade, mas também para as diferenças entre enunciação e enunciado. A noção de enunciado, pois, “recobriria somente o que pertence à ordem das sistematicidades atestadas na língua, e, portanto, desde esta ótica, o funcionamento semântico do enunciado ficaria delimitado a um cálculo estrutural” (ZANDWAIS, 2011, p. 16).

Ressalta, todavia, que o ponto de discordância com a teoria benvenistiana remete para o fato de que um enunciado produzido e tomado na temporalidade do acontecimento independe de ter sido referenciado em primeira ou em terceira pessoa para qualificar a enunciação e produzir efeitos de sentido, pois não se pode delimitar “o que é próprio dos enunciados e o que é próprio da enunciação, nem tampouco aprisionar as condições de funcionamento da enunciação às sistematicidades da língua” (ZANDWAIS, 2011, p. 17).

Assim, sustentados nas críticas de Possenti (1988), Maingueneau (1996), Brandão (1998) e Zandwais (2011), podemos afirmar que enunciação, em Benveniste, é tratada do ponto de vista da subjetividade, a partir de um eu que centraliza o enunciar, e agencia o próprio dizer, como assegura Brandão (1998).

[...] o sujeito de Benveniste é um *eu* que se caracteriza pela sua homogeneidade e unicidade e se constitui na medida em que interage com um *tu* [...] opondo-se ambos a não pessoa *ele* (eu – tu x ele). Apesar de esse tu ser complementar e indispensável, na relação é o que tem ascendência sobre o *tu*. [...] Sente-se, nas colocações de Benveniste, uma marcação bastante acentuada de uma subjetividade “ego-cêntrica” a reger o mecanismo da enunciação (BRANDÃO, 1998, p. 49, grifos da autora).

Em busca de uma teoria não subjetiva, Possenti (1988) entende a enunciação não como atividade de apropriação da língua, mas como um modo de **agir sobre** a língua; e a subjetividade aparece marcada no dizer não porque a língua contenha, mas porque é um aparelho formal, que se revela nas escolhas dos sujeitos ao enunciar, pois “o simples fato de falar [...] por exigir a escolha de certos recursos expressivos, o que exclui outros, e por instaurar certas relações entre locutor e interlocutor [...] já indica a presença da subjetividade na linguagem” (POSSENTI, 1988, p. 73).

Outro ponto em que há discordância no tratamento da enunciação em AD e na teoria benvenistiana é em relação à instância do acontecimento; a enunciação intervém a noção de ato, uma premissa que aparece nos trabalhos de autores de

vertentes da linguística da enunciação, como, por exemplo, Ducrot, que assume: “não digo que a enunciação é o ato de alguém que produz um enunciado: para mim é simplesmente o fato de que um enunciado aparece” (DUCROT, 1984, p. 168-9).

Em relação às questões do sujeito implicadas por esta assertiva, o autor prefere não tomar partido, e já de antemão, afasta a possível leitura de que um enunciado possa aparecer de maneira espontânea, sem origem em um sujeito falante, e expõe ser essa fragilidade um risco assumido para que se construa uma teoria do sentido cujo conceito de enunciação não encerre em si a noção de sujeito falante, ou seja, uma teoria subjetivista da enunciação.

Em um contraponto à ideia de que “os acontecimentos não são o tempo, eles estão *no* tempo. Tudo está no tempo, exceto o próprio tempo. Ora, o tempo crônico, como o tempo físico, comporta uma dupla versão, objetiva e subjetiva” (BENVENISTE, 1965, p. 71-2, grifo do autor), os trabalhos de Guimarães (1987, 1989, 2002a, 2002b) tratam a enunciação como um evento que se instaura na instância do acontecimento; o autor entende que o estudo da enunciação deva preocupar-se com as condições da produção de enunciados, que criam relações, produzem diferenças com enunciações anteriores, perdidas na memória e na história.

Partindo do legado de Ducrot, Guimarães retoma a ideia de que enunciação é o acontecimento constituído pelo aparecimento de um enunciado, ou seja, o fazer existir alguma coisa que não existia antes de se falar, e que não existirá depois. Corroborando com essa noção de enunciação como acontecimento único, Possenti defende que “[...] se a mesma expressão ocorrer em outra instância, sendo esta diversa de uma primeira, a relação entre todos os elementos necessários para a explicação de um discurso será diversa, por ser diverso pelo menos um dos elementos” (POSSENTI, 1988, p. 80-1).

Trabalhos como o de Guimarães, mesmo estando afiliados epistemologicamente aos domínios da semântica argumentativa, mantém um diálogo decisivo com a AD, como mostram diversas obras de Orlandi (1986, 1990, 1992, 1999). É nessa perspectiva de enunciação como acontecimento que podemos trabalhar a determinação dos processos de significação histórica, pressuposto basilar para os estudos em Análise do Discurso.

Nesse sentido, salienta-se uma incompatibilidade, para a Análise do Discurso, desta perspectiva de enunciação como apropriação de elementos linguísticos,

já preconizada nos trabalhos de Pêcheux, segundo o qual Benveniste era um “linguista da subjetividade”, por trazer à tona um "sujeito psicológico, vitoriosamente banido da cena teórica por Saussure e pelo estruturalismo". (GADET et al, 1990, p. 46).

Como consequência afasta-se a noção de sujeito psicológico, origem da enunciação, e considera-se o fenômeno enunciativo como um acontecimento marcado na história é trata-la como um evento irrepetível. Sobre o assunto, a concepção de sujeito das teorias da enunciação é incompatível para a AD (PÊCHEUX & FUCHS, 1975), por tratarem da ilusão empirista subjetiva que se produz da teoria da linguística, e também da ilusão formalista que faz da enunciação um simples sistema de operações. Para investigar o papel do sujeito – ora usuário, ora falante – em uma perspectiva puramente linguística, trabalha-se com a concepção de língua como abstração, um dispositivo que o indivíduo pode apreender, e do qual pode tornar-se usuário; difere-se do sujeito falando, perspectiva apreendida pelos estudos discursivos, que se refere a um sujeito inserido em uma conjuntura socio-histórica-ideológica.

Segundo os autores,

[...] a dificuldade [...] das teorias da enunciação reside no fato de que estas teorias refletem na maioria das vezes a ilusão necessária construtora do sujeito, isto é, que elas se contentam em *produzir no nível teórico esta ilusão do sujeito*, através da ideia de um sujeito enunciador portador de escolha, intenções, decisões, etc. na tradição de Bally, Jakobson, Benveniste (PÊCHEUX & FUCHS, 1975, p. 175, grifos dos autores).

Discutir mais a fundo as questões de sujeito foge do escopo proposto com este trabalho, entretanto, é preciso reiterar que esta postura teórica não desconsidera o papel do sujeito na enunciação; afinal não há discurso sem um sujeito para manifestá-lo. O que a AD defende é uma teoria não subjetiva do uso da linguagem, da enunciação, que permita conceber o discurso como um acontecimento e integralmente como peça de uma estrutura. É assim que trabalhar a enunciação concebendo a descentralização do conceito de subjetividade e a limitação da autonomia do objeto linguístico coloca em foco o ponto principal de investigação da Análise do Discurso: a transparência da linguagem. Com Pêcheux (1983), aprendemos que todo enunciado ou toda sequência de enunciado é linguisticamente descritível, e que o discurso define-se como um efeito de sentido entre locutores, um objeto sócio-histórico em que o linguístico está pressuposto.

Ao se lançar um olhar sob a enunciação na perspectiva do acontecimento, critica-se a evidência do sentido e o sujeito intencional que estaria na origem do sentido.

Sob a perspectiva do acontecimento, deve-se também repensar a questão da temporalidade da enunciação. Em Benveniste (1989), a cada produção de discurso, o presente se renova porque “da enunciação precede a instauração da categoria do presente, e da categoria do presente nasce a categoria do tempo. O presente é propriamente a origem do tempo” (BENVENISTE, 1989, p.85). Nesse sentido, podemos afirmar que, em Benveniste, o locutor, ao dizer *eu*, organiza um passado e um futuro, como em uma linha de temporalidade de eventos, o que nos parece uma perspectiva limitadora, pois “[...] não é o sujeito que temporaliza, é o acontecimento. O sujeito não é assim a origem do tempo da linguagem. O sujeito é tomado na temporalidade do acontecimento” (GUIMARÃES, 2002a, p. 12), dada a ligação da AD com a história.

Nesses termos, o que interessa, em uma perspectiva discursiva de estudo, não são os modos de operação de um sujeito falante, em um ato individual de realização da linguagem, mas as possibilidades de emergência história dessas práticas; focalizam-se, então, os modos de inscrição das práticas de linguagem no histórico e no social –, e não as operações de um sujeito da enunciação para se marcar na linguagem.

Ressaltamos que tratar a enunciação como acontecimento não significa desconsiderar a combinação de elementos linguísticos que compõem os enunciados; a descrição dos acontecimentos discursivos não suplanta a análise da língua, mas reconhece que ela se limitaria a questionar as regras segundo as quais os enunciados podem ser construídos. Por essa perspectiva, propomos considerar o aspecto linguístico não somente como elemento material necessário, mas como materialidade em que subjaz uma conjuntura histórica e socialmente construída.

Para ilustrar a enunciação como acontecimento, recorreremos à distinção de Orlandi (1988) para compreensão, interpretação e legibilidade. Um enunciado como “Eu *vejo* internet todos os dias à noite” é inteligível e compreensível, do ponto de vista da língua, já que atende aos componentes estruturais (sintagma nominal + sintagma verbal) de uma construção em língua portuguesa; entretanto, considerando o processo de constituição socio-histórica em que estamos atualmente inseridos, constrói diferentes significações que podem colocar em xeque a legibilidade.

Tal distinção também encontra fundamentos em Foucault, para quem enunciado distingue-se de frase e de proposição. Estes dois últimos estão relacionados à estrutura linguística e a investimentos subjetivos do falante – a maneira dos Atos de Fala, de Austin, grosso modo; o enunciado está vinculado a emergência histórica que lhe permite a manifestação. A estrutura define a frase como unidade de realização da língua, pertencente à ordem do repetível; já o enunciado, como acontecimento, é irrepetível, precisa de uma materialidade para existir, para ele, em si, não é essa materialidade.

Nas palavras do autor, o enunciado “não é em si mesmo uma unidade, mas sim uma função que cruza um domínio de estruturas de unidades possíveis e que faz com que apareçam, com conteúdos concretos, no tempo e no espaço”. (FOUCAULT, 1969, p. 98). Então, como linguístico e histórico são indissociáveis, a própria regularidade de emergência histórica que define os enunciados também entra em jogo quando da enunciação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para os estudos de Análise do Discurso, é proveitosa a noção de enunciação em que se evidencia a dimensão reflexiva da atividade linguística como acontecimento construído a partir do ato de enunciação que o encerra. As categorias de pessoa, tempo e espaço, como detalhada nos trabalhos de Benveniste, são apenas três das marcas desse fenômeno que se constrói em relação à situação de comunicação, marcada também por outras estratégias linguísticas, como, por exemplo, a escolha (e, por irremediável consequência, o preterimento) de certos recursos expressivos.

Em outras palavras, para a AD, não interessam as operações de um sujeito em um ato individual de realização de linguagem, mas as possibilidades de emergência histórica de certas práticas de linguagem, a partir do ato de enunciar, associadas a produções sociais e suas múltiplas formas de apreensão.

Questiona-se, portanto, não como o sujeito da enunciação se marca na linguagem, mas como se inscrevem o histórico e o social nas práticas de linguagem. É que, pela enunciação, acontecimentos são representados, e a enunciação, em si, também

constitui um acontecimento único, e irrepetível, definido no tempo e no espaço, social e historicamente determinados.

REFERÊNCIAS

BAKHTIN, M. (1992) **Estética da criação verbal**. 4ª edição (nova tradução a partir do russo). São Paulo: Martins Fontes, 2003.

BENVENISTE, E. (1946). Estrutura das relações de pessoa no verbo. In: BENVENISTE, E. **Problemas de Linguística Geral I**. Campinas: Pontes, 1988. (p. 247 – 259).

BENVENISTE, E. (1965). A linguagem e a experiência humana. In: BENVENISTE, E. **Problemas de Linguística Geral II**. Campinas: Pontes, 1988. (p. 68 – 80).

BENVENISTE, E. (1959). Da subjetividade na linguagem. In: BENVENISTE, E. **Problemas de Linguística Geral I**. Campinas: Pontes, 1988. (p. 284 – 293).

BORGES NETO, J. **Ensaio de filosofia da linguística**. São Paulo: Parábola Editorial, 2004.

BRANDÃO, H. H. N. **Introdução à análise do discurso**. 7ª edição. Campinas – São Paulo: Editoria da UNICAMP, 1998.

CABRAL, L. R. **Messias de papel: a construção discursiva da candidatura de Roseana Sarney (2009-2010) pelos editoriais de O Estado do Maranhão**. 154 f. Dissertação de Mestrado – Mestrado em Letras. Universidade Federal do Piauí, 2012.

DOSSE, F. (1991) **História do estruturalismo, v.1: o campo do signo, 1945/1966**. Campinas: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 1993.

DUCROT, O. (1984) **O dizer e o dito**. Revisão técnica da tradução – Eduardo Guimarães. Campinas – SP: Pontes, 1987.

FLORES, V. do N.; TEIXEIRA, M. **Introdução à linguística da enunciação**. São Paulo: Contexto, 2005.

FOUCAULT, M. (1969) **A arqueologia do saber**. 7ª edição. Rio de Janeiro: Forense, 2010.

FUCHS, C. As problemáticas enunciativas: esboço de uma apresentação histórica e crítica. Tradução de Letícia Rezende. **Alfa**, São Paulo, 29, 1985 (pp. 111-129).

GADET, F.; LÉON, J.; MALDIDIER, D.; PLON, M. Apresentação da conjuntura em Linguística, em Psicanálise, e em Informática aplicada ao estudo dos textos na França, em 1969. In: GADET, F; HAK, T. (orgs.). **Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux**. Tradução de Péricles Cunha. Campinas – São Paulo: Editora da UNICAMP, 1990. (pp. 39-60).

GUIMARÃES, E. (1987) **Texto e argumentação**: um estudo de conjunções do português. 4ª edição revista e ampliada. Campinas – São Paulo: Pontes, 2007.

GUIMARÃES, E. Enunciação e História. In: GUIMARÃES, E. (org.). **História e sentido na linguagem**. Campinas: Pontes, 1989 (pp. 71-82).

GUIMARÃES, E. **Semântica do acontecimento**: um estudo enunciativo da designação. Campinas: Pontes, 2002a.

GUIMARÃES, E. **Os limites do sentido**: um estudo histórico e enunciativo da linguagem. Campinas – São Paulo: Pontes, 2002b.

PAVEAU, M. A.; SARFATI, G. E. (2003) **As grandes teorias da linguística: da gramática comparada à pragmática**. São Carlos: Claraluz, 2006.

MAINGUENEAU, D. (1996). **Termos chave da Análise do Discurso**. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 1998.

MEUER, J. L.; BONINI, A.; MOTTA-ROTH, D.(orgs.). **Gêneros: teorias, métodos, debates**. São Paulo: Parábola Editorial, 2005.

ORLANDI, E. (1986). Prefácio à segunda edição. In: **A linguagem e seu funcionamento**: as formas do discurso. 4ª edição. Campinas – São Paulo: Pontes, 2003 (pp. 11-14).

ORLANDI, E. P. (1990). **Terra à vista**. 2ª edição. Campinas – São Paulo: Editora da UNICAMP, 2008.

ORLANDI, E. P. (1992) **As formas do silêncio: no movimento dos sentidos**. 6ª edição. Campinas – São Paulo: Editora da UNICAMP, 2007.

ORLANDI, E. **Análise de discurso**: princípios & procedimentos. Campinas – São Paulo: Pontes, 1999.

ORLANDI, E. Michel Pêcheux e a Análise de Discurso. **Estudos da Língua(gem)**. Vitória da Conquista, nº1, junho, 2005. (pp. 9-13).

PINTO, M. J. **As marcas lingüísticas da enunciação**: esboço de uma gramática enunciativa do português. Rio de Janeiro: Numen Ed, 1994.

PÊCHEUX, M.; FUCHS, C. (1975) A propósito da análise automática do discurso: atualização e perspectivas. In: GADET, F; HAK, T. (orgs.). **Por uma análise automática do discurso**: uma introdução à obra de Michel Pêcheux. Tradução de Péricles Cunha. Campinas – São Paulo: Editora da UNICAMP, 1990. (pp. 163 – 253).

PÊCHEUX, M. (1983) **Discurso**: estrutura ou acontecimento. Tradução Eni Pulcinelli Orlandi. Campinas: Pontes, 1990.

POSSENTI, S. (1988) **Discurso, estilo e subjetividade**. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

SARFATI, G. E. (2007) **Princípios da análise do discurso**. São Paulo: Ática, 2010.

ZANWAIS, A. Demarcando as relações entre enunciado e enunciação a partir de diferentes leituras. **Interfaces**. Volume 02, número 01, 2011 (pp. 14-22). Disponível em <http://tinyurl.com/3r3alg3> Acesso em 28 de agosto de 2011.

ENUNCIACÃO: entraves para os estudos discursivos

ABSTRACT: In this paper, we present a discussion on enunciation in linguistic and discursive perspectives. In the first part of this paper, we present enunciation as in Benveniste, especially on the formal apparatus of the enunciation act. In the second part, we establish a comparison with a discursive perspective.

KEY WORDS: Enunciation. Formal apparatus of the enunciation act. Discourse.